

GUERRA ÉTNICA, GUERRA CULTURAL, GUERRA TOTAL: A INTERPRETAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS SOBRE A ANTIGUIDADE PELA REVISTA DE EXTREMA-DIREITA FRANCESA *TERRE ET PEUPLE* (1999-2016)*

Glaydson José da Silva **

Resumo: *Pretendo apresentar neste artigo conteúdos que se desdobram de uma pesquisa que venho realizando já faz alguns anos, a saber, a extrema-direita francesa e sua instrumentalização da Antiguidade. Tratarei, particularmente, do caso da revista *Terre et Peuple*, um periódico ligado à extrema-direita universitária francesa e que tem alcançado relativa capilaridade em território europeu. O objetivo consistirá em abordar o que o grupo designa como “Guerra étnica”, ao referir-se às interações entre os imigrantes e seus descendentes na França e aqueles que por ele são entendidos como “verdadeiros” franceses, pela origem. A história da Antiguidade, grosso modo, é o grande pano de fundo das argumentações utilizadas por *Terre et Peuple* na defesa de seus pressupostos, facilmente identificados como de fundamentação neonazista, neofascista. A título de exemplo, minha análise incidirá, sobretudo, nas publicações das duas primeiras décadas do periódico, focando na interpretação que oferecem de dados históricos e arqueológicos relacionados ao mundo indo-europeu e galo-romano.*

Palavras-chave: *extrema-direita; *Terre et Peuple*; guerra cultural; guerra étnica; História Antiga.*

* Recebido em: 16/01/2019 e aprovado em: 13/04/2019.

** Professor associado da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Guarulhos. É avaliador do Ministério da Educação para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos de História. É membro da equipe responsável pela implantação da Proposta Curricular de História para o Ensino fundamental e Médio do Estado de São Paulo (2007-2008). É editor chefe de *Heródoto - Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas* - periódico bilingue. É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas, da EFLCH/Unifesp. É assessor *ad hoc* da Fapesp.

**ETHNIC WAR, CULTURAL WAR, TOTAL WAR: NOTES
ON THE INTERPRETATION OF HISTORICAL AND
ARCHAEOLOGICAL DATA FROM ANTIQUITY BY FRENCH
EXTREME RIGHT MAGAZINE TERRE ET PEUPLE**

***Abstract:** This article presents some remarks that emerged from the research I have carried out for a few years on the French extreme right and its instrumental appropriation of Antiquity. My object is the Terre et Peuple magazine, a periodical linked to extreme right views in the French academia that has reached a considerable capillarity in European territory. I approach what this publication and its group call an “Ethnic war” in connection with the interactions among, on the one hand, foreign immigrants and their descendants in France, and, on the other, what they identify as the “true” French population on account of its origin. The history of Antiquity, in rough terms, is used as a wide backdrop for the rationale employed by Terre et Peuple to defend its assumptions, which can be easily traced back to neo-Nazi or neo-fascist tenets. My analysis primarily covers the two first decades of the periodical with a focus on its interpretation of historical and archaeological data regarding the Indo-European and Gaul-Roman worlds.*

***Keywords:** extreme right; Terre et Peuple; cultural war; ethnic war; Ancient History.*

As tomadas de posição sobre o passado radicam frequentemente (...) em tomadas de posição latentes sobre o presente. (BOURDIEU, 1989, p. 78)

É gratificante poder apresentar para publicação um texto que resultou de conferência por mim proferida no âmbito do LHIA, que, mesmo em um contexto político, social e econômico tão adverso à ciência no país, conseguiu levar a termo a organização de um evento acadêmico de importante envergadura. Aliás, mais do que adverso, em um contexto em que nos vemos confrontados com as forças do atraso, em que a universidade pública é duramente atacada e no qual temos que cotidianamente defender o óbvio, como o direito à vida, o direito à existência.

Neste texto fiz a opção de abordar alguns aspectos gerais nos quais se inserem as minhas preocupações de pesquisa nesse momento e alguns desdobramentos dessas mesmas preocupações. Entendo que um dos caminhos a que conduz a reflexão histórica leve ao estranhamento das coisas aprioristicamente dadas, social e culturalmente estabelecidas. Desse estranhamento se desdobra, por corolário, a desnaturalização de tudo aquilo que nos circunda. O que aqui abordarei refere-se a um objeto um tanto alheio

(ordinariamente) aos interesses dos historiadores. Um professor de História Antiga falando sobre extrema-direita, extrema-direita francesa? Talvez não devesse causar tanto espanto...

Situar-me nesse campo auxilia no melhor entendimento de minhas proposições. Como historiador, há muito me interesso pelos chamados *usos do passado*, e é a partir desse lugar epistemológico que é conduzida a análise aqui apresentada, compreendendo dois momentos: inicialmente delinerei, *grosso modo*, um entendimento dos conceitos de direita e de extrema-direita e circunscreverei, de forma indissociável/incontornável, a história da *Nouvelle droite* francesa à história do *Groupement de Recherche et d'Études pour la Civilisation Européenne* (GRECE). Ao fazer isso, do ponto de vista das apropriações e instrumentalizações do passado, tecerei algumas considerações sobre as reivindicações identitárias em torno dos indo-europeus, como exemplo de uma identidade transnacional e primeiro estudo de caso a ser tratado. Apresentarei, na sequência, uma segunda ilustração, a partir da breve análise de um tema, o da imigração, tratando, nesse caso, de uma identidade nacional, a partir da história da Gália e dos gauleses.

É conhecida a clássica distinção entre *res gestae* – “os eventos que ocorreram” e *historia rerum gestarum* – “nosso relato a seu respeito” (ou *narratio rerum gestarum* e *memoria rerum gestarum* – narrativa e memória a seu respeito). Os eventos passados não mudam, mas nossa compreensão sobre eles muda. Uma compreensão imperativamente mediada pelo tempo presente. É o presente a instância a partir da qual relatos, narrativas e memórias de fundo histórico são realizados; é o lugar das problematizações que orientam as reconstituições históricas.

Uma acusação que comumente se fazia aos estudiosos da Antiguidade no Brasil que trabalhavam com os “usos do passado” era a de que eles não faziam História Antiga, mas sim História moderna ou contemporânea, justamente por se voltarem, em parte ou na totalidade de seus estudos, para a questão das tradições interpretativas. Tratava-se de uma acusação bem colonizada, pois ela não era feita quando o assunto em questão era a produção historiográfica sobre a Antiguidade desenvolvida por autores europeus, por exemplo, e que abordavam diferentes objetos ligados à História Antiga tratados, a par e passo, com diferentes tradições interpretativas a seu respeito (considerando os contextos coevos às diferentes produções historiográficas). Em outros contextos, essas abordagens que aqui já foram tão criticadas podem ser observadas nos estudos de muitos importantes estudiosos na

área de História Antiga, como Arnaldo Momigliano, Moses Finley, Pierre Vidal-Naquet, François Hartog e tantos outros.

O estudo da Antiguidade, como os discursos sobre o passado, de uma forma geral, não deve ser dissociado de seus contextos de produção, assim como, também, de suas conseqüentes apropriações posteriores. Ao estudo da Antiguidade caberia, como disse Jean-Pierre Vernant a respeito dos esforços de Pierre Vidal-Naquet (2002, p. 14), “tentar segurar, para além dos séculos, as duas pontas da corrente”. Somente uma percepção nesses termos torna compreensível as ligações do conhecimento produzido sobre a Antiguidade com as questões identitárias nacionais, com os regimes autoritários e totalitários, com o racismo, com o machismo e com práticas políticas e sociais de toda sorte.

Irei tratar de um tema de pesquisa que retomei desde março de 2017, mas com o qual não havia perdido de todo o contato desde pelo menos dez anos até então, visto se inserir num universo mais amplo de instrumentalização da Antiguidade pela extrema-direita francesa, universo esse com o qual trabalhei nesse período. Esse trabalho conheceu dois momentos: entre 2006-2007 desenvolvi o projeto *Novos territórios no estudo da Antiguidade: considerações teóricas e análises documentais acerca da instrumentalidade do passado indo-europeu, gaulês e galo-romano pelos grupos de “direita” e “extrema-direita” na França (décadas de 1980 e 90)*.¹ Nessa pesquisa analisei aspectos da instrumentalização do mundo antigo pelo *Groupement de Recherche et d’Études pour la Civilisation Européenne* (GRECE), pelo *Front National* (atualmente *Rassemblement National*) e pela revista de extrema-direita francesa *Terre et Peuple*. Entre 2011-2012 desenvolvi o projeto *A matriz direitista francesa do pós Segunda Guerra e sua instrumentalização do mundo antigo – um estudo sobre a Nouvelle Droite (1960-1970)*.² Nessa pesquisa tive por intuito aprofundar os estudos acerca do GRECE, com o fim de melhor compreender suas principais orientações e presença junto aos grupos direitistas franceses da posteridade. Neste terceiro momento de minhas preocupações, o foco das pesquisas que desenvolvo/desenvolverei centra-se no estudo da revista *Terre et Peuple*.

Periódico trimestral, ligado à direita universitária na França, a revista é publicada por uma associação de igual nome e, hoje, possui relativa capilaridade em território europeu, com sucursais em diferentes países. A revista e a associação se organizam em torno da figura de Pierre Vial, professor aposentado de História Medieval da Universidade de Lyon III – Jean

Moulin; paradoxalmente, a mesma universidade que leva o nome do herói da resistência francesa se constituiu em um verdadeiro polo da extrema-direita francesa em ambiência universitária. Em Lyon III, Vial foi uma das principais lideranças do *Instituto de Estudos Indo-europeus*, que encerrou suas atividades em 1999, após uma sindicância conduzida pelo Ministério da Educação Nacional para apurar casos de racismo e negacionismo.³ “Este instituto foi criado em 1981 por e para Jean Haudry, no contexto científico do desenvolvimento dos estudos indo-europeus, e no contexto político da ofensiva cultural do GRECE” (*Rapport sur le négationnisme et le racisme à l’université Lyon 3*, 2002, p. 164). O IEIE, ou “Yéyé”, como era chamado, teve como principal missão a publicação da revista *Études indo-européennes*, cuja fundamentação consistia em conferir bases científicas ao passado indo-europeu, à luz da ideologia do GRECE e do ramo neopagão do Front National.

Nascido em 1942, Pierre Vial participa, desde sua adolescência, de uma série de grupos de orientação neofascista, até ingressar, em 1988, no Front National, no qual ocupa diferentes cargos como membro do Bureau Politique, membro do Comité Central e membro do Conseil Scientifique, sendo sua atuação, seja antes ou depois de seu ingresso no Front National, muito marcada por suas inserções no campo intelectual (FLOOD, 2000, p. 243). Por ocasião da cisão do Front National de 1999, Vial permanecerá entre os seguidores de Bruno Mégret, e desempenhará funções muito similares àquelas que desenvolvia no Front junto ao Mouvement National Républicain – MNR,⁴ de posturas muito mais radicais que as do Front National. Nos novos quadros de Mégret, Vial encontrará uma convergência muito grande em relação às suas ideias sobre “identidade francesa” e “identidade europeia”, ao lado de outros teóricos direitistas como o próprio Mégret, mas, também, Jean-Claude Bardet, Jean-Yves Le Gallou, Pascal-Michel Delmas, Philippe Millau, entre outros.

É, contudo, em 1995 que Pierre Vial criará a revista *Terre et Peuple*, cuja principal bandeira residirá no que denomina de “*resistência identitária*”. A história e a arqueologia do mundo antigo ocupam um lugar determinante nos conteúdos da revista, o que facilmente se percebe nas estampas de suas capas, frequentemente retratando temas ligados à Antiguidade. Como algumas outras revistas alinhadas a correntes específicas no universo cultural direitista francês, *Terre et Peuple* tem uma pauta de publicações voltada para aspectos da história local ou nacional e, também, europeia.

Na capa de um grande número de suas edições pode-se ler a tradução de uma passagem de Nietzsche que diz: “*L’homme de l’avenir sera celui qui aura la plus longue mémoire*”. A associação, responsável pela publicação, tem representações em diferentes regiões francesas, geralmente caracterizadas pelo vínculo que guardam com a história e com a memória nacionais (entendidas como nacionais). É a associação a responsável pela promoção da chamada cultura enraizada (como forma de enfrentamento a uma cultura entendida como desenraizada), organizando mesas-redondas, ciclos de debates, passeios a sítios arqueológicos, acampamentos, festividades e assembleias comunitárias, cujo fundo temático tem lugar numa história reconstruída dos povos indo-europeus e gauleses, particularmente. As assembleias comunitárias, reservadas aos membros, são os espaços privilegiados nos quais se decidem as grandes orientações e os projetos futuros da revista e do grupo. Trata-se de encontros anuais, em lugares simbólicos, onde tudo se envolve em um ambiente de celebrações e discussões. A assembleia de 2005, por exemplo, comemorando os 10 anos de “combate”, ocorreu na Lorena. Na descrição do evento na página do grupo, pode-se ler:

A Assembleia da Comunidade realizada na Lorena em 11 e 12 de junho foi uma oportunidade para muitos de nós descobrir uma região e uma patrimônio insuspeito!

Após uma tarde dedicada à avaliação da Associação (...), orientações e atividades futuras, pudemos compartilhar uma agradável noite de camaradagem em torno de um copioso buffet (com suas famosas batatas com bacon ...) sob a proteção de THOR, benevolente a bebidas de lúpulo e das uvas ...

Domingo, sob um belo sol, a visita do santuário galo-romano (...), dedicado a Apolo Grano, permitiu-nos caminhar no impressionante anfiteatro de 17.000 lugares, antes de nos maravilharmos com a arte dos mosaicistas ...

Dois dias muito bonitos que reafirmam nosso vínculo às nossas raízes e nossa vontade de continuar o caminho do combate identitário.

No editorial do primeiro número, Pierre Vial diz da vocação da revista, que consiste em “combater pela identidade cultural francesa e europeia”, partindo de uma constatação, mesmo, um diagnóstico: a sociedade na qual

vivem está doente, é devorada por uma AIDS mental, “que é a inversão dos valores, mãe de contradições internas que vão fatalmente culminar, cedo ou tarde, em uma implosão” (VIAL, 1997, p. 1). Para evitar esse fim trágico, é necessário *reencantar* o mundo, combatendo a globalização, protegendo as espécies naturais, “lembrando que as etnias delas fazem parte” (DELHELME, 1997, p. 6).

Compreender a história da revista é também compreender os principais movimentos da história da *Nouvelle Droite* na França.

A ascensão dos grupos políticos de extrema-direita na Europa é um fenômeno político de desenvolvimento marcado, principalmente, pelo contexto do pós-guerra, intensificado pela década de 1980 e pela queda do Comunismo. De designações diversas, esses grupos de radicalização política, comumente, aproximaram-se e se aproximam, em suas propostas, de vertentes nacionalistas e, mesmo, europeístas e xenófobas. A Antiguidade Clássica, mas não só, não raro esteve na origem das justificativas dessas propostas. No caso em questão (da revista *Terre et Peuple*), os *usos do passado* indo-europeu, grego, romano, gaulês e galo-romano tornaram-se notórios pela sua instrumentalização por diferentes grupos, círculos intelectuais e partidos políticos ligados, *ab origine*, à extrema-direita, cuja estruturação, desde o pós-guerra, é principalmente organizada em torno de um movimento conhecido nos meios especializados como *Nouvelle Droite*. A expressão *Nouvelle Droite* é utilizada na França a partir de 1978 para designar o GRECE, mas, por extensão, para referir, desde 1979, ao conjunto formado pelo GRECE e pelo *Club de l'Horloge* (TAGUIEFF, 1994, p. 9), recobrando, também, seus dissidentes.⁵ Como observa Pierre Milza (2002, p. 292-293):

A Nouvelle Droite é oriunda do desempenho que tem (...) um certo número de militantes engajados que gravitam ao redor do Europe-Action, a revista e o círculo animados por Dominique Venner e Jean Mabire e a Federação dos Estudantes Nacionalistas. Para esses militantes, em sua maioria de menos de 30 anos, o jogo é, primeiramente, ideológico.

Na atualidade, a utilização da História do mundo antigo como instrumento legitimador do ideário de grupos políticos, particularmente grupos políticos conhecidos como de extrema-direita, é algo recorrente e que dis-

põe, ainda, de poucas produções científicas especializadas a respeito. Na França, país de longa tradição na área dos estudos da Antiguidade, onde o ensino de História foi fortemente determinado pelo ideário do Estado Nação, a produção historiográfica acerca do mundo antigo, mas não só, sempre esteve presente e desempenhou grande papel nos jogos políticos, seja no contexto da Revolução Francesa, da Guerra franco-prussiana, da Primeira Guerra Mundial ou da Segunda Guerra.

Esse papel desempenhado pela Antiguidade se deve, em parte, ao lugar privilegiado que os estudos do mundo antigo ocupam nas sociedades ocidentais, de modo geral, mas, também, devido às possibilidades de paralelos que a História da Antiguidade pôde e pode oferecer às sociedades modernas, hoje. Essa instrumentalidade do mundo antigo, notadamente do passado indo-europeu e gaulês, é um dos grandes pilares de sustentação da legitimidade das propostas xenófobas e racistas de diferentes grupos. Essa instrumentalidade também se liga a uma percepção da História Antiga como história nacional. Em meu entendimento, compreender essas apropriações e instrumentalidades requer tecer algumas considerações a respeito da ideia de direita e de extrema-direita, categorias analíticas nas quais se encaixam não só o grupo *Terre et Peuple*, mas muitos outros. Requer, também, pensar esses grupos no seio de sua formação – o GRECE, visto estar na origem da matriz direitista no pós Segunda Guerra na França.

René Rémond, no livro *Les Droites en France* (1982), já apontava para o caráter fragmentário da direita francesa. Muita coisa mudou desde então; os grupos políticos mudaram, a direita mudou e, num contexto mais amplo, não só francês, mas mundial, a própria clivagem direita-esquerda, com multifacetadas interpretações, foi colocada em questão, evidenciando, mesmo, a necessidade e a atualidade de se pensar o papel desempenhado pelas direitas. Mesmo num universo polissêmico, que confere a cada termo, em um mesmo ou em diferentes contextos, diferentes conotações, direita e esquerda, termos comuns do vocabulário político, não se definem mais que em relação um ao outro, e não se constituem dados imediatos, plasmados ao observador. Direita e esquerda, como observa Rémond (1982, p. 5), “são construções de espírito, conceitos antes de se tornarem objetos”.

Essa dualidade, herdada da Revolução Francesa e consagrada pelo pensamento socialista e singularmente pelo marxismo, responde, aos olhos de Rémond, a uma “*necessidade de espírito*”. Para ele, a razão se resigna mal à multiplicidade de opiniões individuais, tendo necessidade de agrupá-las

em conjuntos relativamente homogêneos, duais. É esse um procedimento comum e necessário à política (espaço tido como de conflito), ainda que os termos direita e esquerda não sejam essencialmente eternos, não havendo *uma* direita que se oponha a *uma* esquerda igualmente única e vice-versa. Direita e esquerda constituem, assim, não modos unitários e essenciais de ver e apreender ideologias e políticas no mundo, mas modelos “homogêneos plurais” das sociedades. Nessa lógica de “homogeneidade” de diferentes direitas e diferentes esquerdas, num universo polimorfo e polissêmico, a radicalização política, de uma vertente ou de outra, caracteriza-se por um conjunto de posicionamentos extremos, em relação à grande lógica dos grupos.

Desde meados da década de 1980 ao oeste, a Europa conheceu um fenômeno de radicalização política que os observadores (politólogos, sociólogos, historiadores, jornalistas, etc.) designam por nomes diversos. Fala-se de “ascensão da extrema-direita” ou da “direita radical” (MILZA, 2002, p. 2). De imprecisão semântica, como os vocábulos direita e esquerda, os grupos de radicalização política conhecidos como de “extrema-direita”, são designados como de ultradireita, direita extraparlamentar, direita da direita, direita radical, etc. Esses termos não revelam, contudo, pela parte dos articulistas, “mais que uma necessidade de evitar repetições” (MILZA, 2002, p. 17). A diversidade de designações se traduz, então, numa certa dificuldade de definir, com precisão, o objeto examinado. O que é a “extrema-direita?” O que é a “extrema-direita” francesa?

Como a direita, a extrema-direita não constitui uma entidade homogênea. Por longo tempo distinta de muitas outras correntes do universo direitista pela sua “recusa absoluta das instituições democráticas e pela violência de seu comportamento” (MILZA, 2002, p. 17), essas características não mais definem a extrema-direita, hoje, nos países onde a democracia liberal está, de longa data, enraizada nas instituições e nos espíritos. De cultura conservadora e autoritária (anti-igualitária), levadas a limites radicais, caracterizadas pelo populismo, pelo nacionalismo étnico e pela xenofobia, muitas vezes ligadas aos ideais do nazismo, do fascismo e de outros regimes autoritários que assolaram a Europa na primeira metade do século XX, as extremas-direitas do pós Segunda Guerra na França serão associadas à *Nouvelle Droite*. É em torno dela que se organizarão muitos intelectuais, estudantes e políticos que, ligados a uma concepção de História, de civilização e de homem muitíssimo específica, irão ler a História nacional, numa prática historiográfica em que a História da Antiguidade está marcadamen-

te comprometida com ideologias de justificação e legitimação de direitos, com desigualdades raciais e de classe.

Muitos daqueles que estiveram envolvidos inicialmente com o GRECE, tinham feito parte de grupos neofascistas e neonazistas que, por trás do rótulo de nacionalistas, ocultavam sua orientação ideológica original com vistas a um dano menor à sua imagem (FLOOD, 2000, p. 243). Seus principais membros, como Dominique Venner e Jean Mabire, centraram-se entorno da revista e do círculo *Europe-Action*. O *Europe-Action* terá uma curta trajetória intelectual (1963-1966), marcada pelas suas convicções europeístas e fortemente nacionalistas e pela fundamentação do racismo biológico em bases científicas. O grupo se pretende uma ruptura na história da direita francesa. Apesar da curta trajetória, sua importância não é negligenciável. Shields (2007, p. 119) aponta para o fato de que sua contribuição foi significativa e duradoura para a renovação da extrema-direita francesa, nos anos que se sucederam à guerra da Argélia. O grupo participa de uma reformulação radical da ideologia direitista, buscando romper, por exemplo, com a nostalgia e com a religiosidade, conferindo ênfase às diretivas de caráter nacional em suas orientações.⁶

A edição número 5, de maio de 1963, do *Europe-Action*, publica o *Dictionnaire du militant*, no qual se podem ler as seguintes definições:

nacionalismo *Doutrina que exprime em termos políticos a filosofia e as necessidades vitais dos povos brancos. Doutrina de energia, doutrina da Europa, doutrina do real, doutrina do futuro (p. 72); Ocidente “Comunidade de povos brancos. Comunidade de cultura” (p. 73). Povo: “uma unidade biológica confirmada pela História” (p. 74) e civilização: “resultado das possibilidades criadoras do povo... a cultura ocidental (povos brancos) mostra uma inconteste superioridade (p. 59).*

Para Dominique Venner, só uma nova elaboração doutrinal podia constituir uma resposta ao fracionamento das direitas e, sobretudo, tornava-se imperativo “combater mais pelas ideias e pela astúcia que pela força (MILZA, 2002, p. 19; SHIELDS, 2007, p. 119)”, numa perspectiva de recusa de uma solução ativista em favor de um combate sobre o plano legal. Essas orientações pseudocientíficas embasaram o racismo que se voltava para negros e imigrantes, particularmente. O racismo é, nesse domínio, um dos

principais focos da atenção do *Europe-Action*. A respeito dos “*elementos de cor*”, por exemplo, e de sua constante ameaça, Vener (1966, p. 8) diria: “Nós sabemos que a base do povoamento da Europa, que permitiu uma expansão civilizadora, era aquela de uma etnia branca. A destruição desse equilíbrio, que pode ser rápida, levará, forçosamente, ao nosso desaparecimento e ao de nossa civilização”. Não ocasionalmente, o grupo apregoava a necessidade de “defesa do Ocidente”, “defesa da Europa branca”, “defesa da raça branca”.

*Na França, a imigração imposta pelos elementos de cor coloca um grave problema (...). Nós sabemos igualmente a importância da população norte-africana (...). nós sabemos que a base do povoamento da Europa que permitiu uma expansão civilizadora, era aquela da etnia branca. A destruição deste equilíbrio, que pode ser rápida, trará como consequência nosso desaparecimento e o de nossa civilização.*⁷

Essas posturas de Venner ligam-se diretamente à ideia de nação e nacionalismo postulada pelo grupo *Europe-Action*. Em um conhecido documento referenciado na literatura sobre a *Nouvelle Droite*, intitulado “*Qu’est ce que le nationalisme*”, pode-se ler:

(...) a raça constitui a única unidade real que engloba as variantes individuais. O estudo objetivo da história mostra que só a raça europeia (raça branca, caucasiana) continuou a progredir desde sua aparição (...) ao contrário de raças estáticas em seu desenvolvimento, então, em regressão virtual. A causa principal da progressão da raça europeia reside no fato de que ela traz consigo ao progresso fatores acumuláveis, ciências e técnicas que encadeiam a forma da civilização ocidental. A raça europeia não tem superioridade absoluta. Ela é somente a mais apta a progredir no sentido da evolução. Os fatores raciais, sendo estatisticamente hereditários, cada raça os possui em sua psicologia própria. Toda psicologia é geradora de valores.

*(...) A diferenciação dos níveis culturais é dependente da celebridade mais ou menos intensa, não se poderia falar de civilização obrigatoriamente com ela. Ela é um departamento da raça. A etnia é uma unidade racial da cultura.*⁸

A ideia de nação, assim, se firma numa orientação não igualitária das raças e dos níveis culturais, estabelecendo, na origem comum, os direitos naturais e a causa da civilização. O nacionalismo europeu, logo, se fundaria numa proveniência comum, naturalmente indo-europeia, consistindo num nacionalismo racial que seria entendido na historiografia, posteriormente, como um neorracismo diferencialista e cultural. Esse nacionalismo, apregoado como uma “doutrina da Europa”, é a grande fonte de união dos povos europeus, de uma Europa entendida, como transparece no próprio *Dicionário do militante*, como o “celeiro de uma cultura em todos os pontos superior, desde três mil anos.”

De perspectiva doutrinal muito similar à do *Europe-Action* e composto essencialmente por seus antigos membros, é declarado na prefeitura de Nice, em janeiro de 1968, o GRECE, onde se encontra aquele que brevemente se tornará a principal referência teórica da *Nouvelle Droite*, Alain de Benoist. Como observa Shields (2007, p. 144), as datas são significativas. As atividades que deram início à formação do grupo ocorreram em 1967, logo, antes dos eventos de maio de 1968, sendo Nice, também, a base do *Europe-Action*. A sigla do grupo remete não só à Antiguidade, fazendo referência à Grécia antiga, mas à própria ideia de um patrimônio intelectual europeu, o que se conjuga facilmente com os ideais que persegue. De constituição intelectual marcada por uma cultura racista, neonazista e neofascista, em que a exaltação do “nacionalismo europeu”,⁹ fundada sobre a primazia da raça branca é o grande *leitmotiv*, é essa *Nouvelle Droite*, das décadas de 1960 e 1970, de pensamentos conflitantes, ideologias nem sempre homogêneas, mas fundadas em bases comuns, que se alimentará o pensamento “direitista” sobre o mundo antigo nas décadas subsequentes.

No universo conceitual da *Nouvelle Droite* orbita certo número de temas, cujo mais importante, por ocupar o centro da construção, é aquele do “mito igualitário” (MILZA, 2002, p. 198). Personalizada, é em torno de Alain de Benoist e de sua crítica à igualdade social que a *Nouvelle Droite* se organizará. A respeito dessa desigualdade, diria Benoist:

A meus olhos, o inimigo não é “a esquerda” ou “o Comunismo”, ou, ainda, “a subversão”, mas, bem ou mal, esta ideologia igualitária, cujas formulações, religiosas ou laicas, metafísicas ou pretensamente “científicas”, não cessaram de florir desde dois mil anos, cujas “ideias de 1789” não foram mais que uma etapa e,

cuja subversão atual e o Comunismo são a inevitável consequência.
(MILZA, 2002, p. 198)

Do trabalho de etólogos e geneticistas, Benoist e seus partidários deduzem “que o homem, sendo um animal (...), não tem nenhuma razão de pensar que ele não é portador, como todos os outros animais, de um patrimônio genético que condiciona muito fortemente sua inteligência, suas pulsões, sua sensibilidade, sua moralidade” (MILZA, 2002, p. 199). Daí para práticas eugênicas fundadas no “*realismo biológico*”, legitimadas pela Etologia, pela Genética, pela História, a distância não é muito grande. As teorias de Georges Dumézil sobre a “tripartição sociofuncional”, característica das sociedades indo-europeias, serão, nesse contexto, muitíssimo utilizadas. Para a *Nouvelle Droite*, é clara “a existência de uma cultura indo-europeia”, que transcende os Estados-nações, biologicamente determinada e “conforme as leis gerais do vivente” (BENOIT, 1981, p. 251).

A referência aos indo-europeus permite conferir uma origem comum aos povos europeus e justifica sua união imperial. Tira-se dos estudos de Dumézil sobre a existência de um substrato linguístico indo-europeu a ideia da existência de uma raça indo-europeia, logo, de uma “herança” e de uma mentalidade “indo-europeia”, ligadas às noções de língua, povo e pátria originais, o que conduz, conseqüentemente, às ideias de superioridade racial original (DEMOULE, 1999). É o rompimento com os valores judaico-cristãos, com a crença no Deus único, com as premissas da igualdade e retorno aos valores ancestrais, com seus mitos, ritos, hierarquias, liames de sangue. O retorno aos ancestrais é, então, o reencontro com a religião, com a ideologia e a organização dos povos indo-europeus.

*A herança indo-europeia que nós reencontramos e cultivamos em nós mesmos, nós a projetamos, então, duplamente na História, como representação do passado e como imaginação do futuro (...) quando nós falamos de tradição indo-europeia, ou quando trazemos à luz do dia os traços esquecidos do mito, da religião, da ideologia e da História dos povos nos quais nós queremos reconhecer nossos ancestrais, nós não olhamos somente para trás. Ao contrário, como Janus, nós vislumbramos também o futuro.*¹⁰

Essa nostalgia dos indo-europeus em ambiência universitária é bem representada pelos trabalhos de Jean Haudry (*L'Indo-Européen* e *Les Indo-*

-européens - Presses Universitaires de France), e é bem representativa da atualidade das apropriações históricas da Antiguidade indo-europeia feitas pela “extrema-direita”. Velho militante da extrema-direita (GRECE, Front National, *Terre et Peuple*), seu engajamento político transparece claramente em sua visão dos indo-europeus. Referenciados na bibliografia por títulos produzidos por institutos nacionais socialistas sob o Reich, esses trabalhos foram contundentemente criticados pela historiografia.¹¹

Tendo abordado até este momento do texto alguns aspectos de uma reivindicação identitária que pode ser entendida como transnacional, abordarei, na sequência, outros que podem ser associados à identidade nacional, tendo como foco o posicionamento atual de parte significativa da extrema-direita francesa diante da imigração, ao tomar a história da Gália e dos gauleses como fonte de predileção. A imigração se inscreve no mais atual e, talvez, no mais complexo aspecto das discussões identitárias na França, hoje; a ela, recorrentemente, são associados, pelos partidos de direita, problemas como: falta de segurança pública, desemprego, saúde e decadência moral. Enfim, a velha noção de crise social, característica dos discursos de direita. Em conformidade com certa tipologia dos discursos sobre crise da ordem e perda de valores, o tema da decadência se articula em torno de três pontos: uma constatação, uma análise das causas e uma apresentação dos remédios. A imigração está no cerne dos debates políticos, visto constituir a denominada “invasão estrangeira” uma verdadeira ameaça à identidade nacional. Nesse contexto, busca-se distinguir os que são e os que não são portadores de uma identidade original. É necessário “chamar um gato, um gato”; chamar de francês, um francês.

Nós estamos em um novo período de imigrações. Jamais, sem dúvida, os povos foram, como outrora, atraídos pelas riquezas do Ocidente como no Império Romano. É necessário lembrar que essas “grande invasões” são estudadas na Alemanha sob o nome de “grandes imigrações”. Sabemos o que elas trouxeram para o Império romano. As imigrações, mão de obra solicitada nos anos 70 por um patronato que queria ganhar sempre mais e sub-remunerar os trabalhadores em lhe opondo uma concorrência estrangeira, são transformadas em imigrações de povoamento no momento em que o país deveria parar os fluxos vindos do sul. Para limitar a impressão negativa da modificação do tecido nacional, nacionaliza-se indistintamente.

Roma tentou a mesma coisa ao se unir aos povos que vinham se instalar no Império. Roma caiu. Parece, decididamente, impossível tirar lições objetivas da História cega de todos os tempos pelas ideologias dominantes. (National Hebdomadaire. Semaine du 03 au 09 août 1995, n. 576, p. 11)

É esse mesmo passado que, por meio dos discursos históricos, busca nos gauleses ou nos francos as origens da identidade francesa e se torna pretexto, na contemporaneidade, para a exclusão dos imigrantes, estando na pauta dos debates sobre a identidade nacional da extrema-direita. A suposta “*origem gaulesa*”, como todo elemento definidor das identidades, é, aí, fator de inclusão e de exclusão. À homogeneidade histórica e cultural se opõem, nesse campo, as identidades periféricas. A Gália e os gauleses são recuperados obedecendo a interesses políticos, no que se lê uma vontade de união, de diferenciação e de dominação.

Nós caminhamos para uma guerra étnica e esta guerra será total. (...) É necessário, então, preparar mentalmente, psicologicamente, moralmente e psiquicamente o maior número possível de nossos compatriotas nesta perspectiva, a fim de que eles vivam neste desafio o menor mal possível, ou seja, dando a si mesmos o máximo de chances de sobreviver. Este imperativo dá todo seu sentido a nossas atividades: organizando passeios, visitas de sítios e exposições, conferências, estágios de formação, nós queremos colocar em alerta os homens e as mulheres de nosso povo sobre o sentido dos afrontamentos que se preparam e forjar sua determinação diante disso. (1995)

Pierre Vial enunciará, no editorial do primeiro número de sua revista, suas principais proposições:

A atualidade acentua, de tempos em tempos, uma evidência: os conflitos étnicos, que sempre existiram e existirão sempre. (...). O único remédio é tomar consciência, lucidamente, desta realidade e dela tirar a consequência: a cada povo uma terra. É a necessária adequação, a união orgânica entre uma terra e um povo que nos conduziu a escolher, como título desta revista, “Terre et Peuple”. É, já, o nome de uma associação que se volta ao combate cultural

identitário e que assustou, nos últimos tempos, muita gente, com a vontade subjacente de satanizar nossa empresa. Deformando nossas propostas, fazendo caricatura de nossa ação, atribuindo-nos maléficas intenções. (VIAL, 1999, p. 1)

Círculo muito marcado por suas aproximações do hitlerismo, o grupo *Terre et Peuple* vê, na sociedade francesa e nas sociedades europeias, de modo geral, a eminência de um confronto maior e decisivo que se anuncia. Em artigo publicado no segundo número da revista, Guillaume Faye, um dos principais teóricos da *Nouvelle Droite* e colaborador de *Terre et Peuple*, expõe, explícita e metaforicamente, as ideologias do grupo. Para Faye,

O século XXI será um século de ferro e de tempestades. Não parecerá com as predições harmoniosas proferidas até os anos setenta. Não será a village global, profetizada por Mac Luhan, em 1966, nem o planeta em rede (network planet), de Bil Gates, nem a civilização mundial liberal e sem História dirigida pela ONU, descrita por Fukuyama. Será o século dos povos em competição e das identidades étnicas. E, paradoxalmente, os povos vencedores serão aqueles que permanecerem fiéis ou retornarem aos valores e realidades ancestrais, quer sejam eles biológicos, culturais, étnicos, sociais, espirituais e que, ao mesmo tempo, sejam mestres da ciência tecnológica. O século XXI será aquele onde a civilização europeia, filha de Prometeu e trágica, mas eminentemente frágil, operará ou conhecerá seu irremediável crepúsculo. Esse será um século decisivo. (FAYE, 1999, p. 7)

Autodefinindo-se como comunidade cultural, voltada para o “combate cultural identitário” (VIAL, 1999, p. 1), como o GRECE e o Front National, *Terre et Peuple* será, também, um grupo muito ligado ao estudo do passado, das origens nacionais e terá, na luta contra os imigrantes, os “invasores”, um de seus maiores pressupostos ideológicos. Na sua ideologia, *a cada povo uma terra* (VIAL, 1999, p. 1). A concepção de identidade do grupo é muito próxima daquela de outros grupos de extrema-direita franceses, mas marca-se pela exacerbação de uma ideia orgânica de união entre identidade cultural e identidade étnica, faces de um movimento identitário *multiforme e multipolar* que anuncia a “*primavera dos povos*”. Para Vial (1999, p. 1), a identidade

é a adequação entre uma terra e um povo. O que nós chamamos pátrias carnavais. O que significa muito claramente que a dimensão étnica é incontornável quando se fala de identidade. A negação e destruição da identidade é a mestiçagem. É a França multicultural.

Essa concepção de identidade permite ao grupo, como ocorre de maneira similar com os outros, o discurso em torno do respeito à diferença, com o refutar do adjetivo de racistas. Para *Terre et Peuple*, os imigrantes não europeus na Europa são desenraizados e sofrem as consequências disso por parte de um sistema perverso liberal-capitalista. A solução é o retorno às suas terras e seus povos de origem, onde encontrarão o pertencimento, as raízes, as respostas para seus problemas. Isso para os descendentes de imigrantes em primeira, segunda e terceira gerações (VIAL, 2004, p. 1).

O uso do passado gaulês é, aqui, mais uma vez reivindicado, como retorno à pureza original em uma sociedade *racionalmente* mesclada. No editorial da edição número 4 de *Terre et Peuple*, de 1988, Pierre Vial se indaga: “*Nossos ancestrais os gauleses? E responde, presente!*”.

Nós queremos que nossas crianças sejam gaulesas e orgulhosas de o serem. Que isso agrade ou não às sociedades multicolores, sem corpo e sem alma, contra as quais nós engajamos resistência em uma guerra que é necessário chamar por seu nome: uma guerra de liberação nacional. (VIAL, 1998, p. 2)

Predições de uma guerra étnica total, na qual se confrontam, de um lado, os imigrantes descendentes de populações afro-magrebina e muçulmanos, sobretudo, e, de outro, aqueles de “raça branca”, que sofrem em sua terra de origem as consequências do desenraizamento dos outros e da globalização – uma “colonização étnica” da França por parte de comunidades de imigrantes com uma infraestrutura biológica diferente (SHIELDS, 2007, p. 148).

No momento em que a noção de cidadania recobre tudo e não importa quem, onde a simples referência nacional é diabolizada pelos apóstolos do cosmopolitismo, os franceses devem reivindicar orgulhosamente, com desafio, seu pertencimento a uma comunidade do povo cujas raízes têm mais de 3000 anos. (VIAL, 1998, p. 2)

Vercingetórix e toda sua simbologia empenham, nesse domínio, a verdade, “Contra todas as manipulações da História” encarnando um mundo celta ao qual se encontram visceralmente ligadas a Europa e a França.

Mobilizado antes pela literatura, hoje pelo cinema e pelos desenhos animados, Vercingetórix é, primeiramente, um personagem histórico do qual é necessário respeitar a autenticidade. Ele aparece, então, como a encarnação do mundo celta, à qual nós somos profundamente, visceralmente ligados, pois, é um dos componentes essenciais de nossa Grande Pátria europeia. É por conta disso que nos interessamos por ele, pesquisando em sua história a expressão, a afirmação de uma visão de mundo que, dois mil anos depois, é sempre a nossa. Nossa herança, nossa memória, nosso futuro. Breve, nosso destino. (VIAL, 2001, p. 29-32)

Para aqueles que sabem entender, Vercingetórix está sempre presente. Ele chama a Europa celta à batalha, no combate identitário que é, hoje, o jogo decisivo para nossos povos, e o sentido de nosso engajamento. (VIAL, 2001, p. 32)

No domínio das “metáforas” e dos paralelos, é a longa saga da Europa, chamada por Guillaume Faye (1999, p. 7-9) de “civilização superior”, que este articulista narra à sombra de ilustrações históricas da Antiguidade greco-romana, estabelecendo paralelos com o mundo contemporâneo. Para Faye, como Roma ou o Império de Alexandre, a Europa se deixou devorar por seus próprios filhos pródigos, a América e o Ocidente pelos povos que ela mesma “superficialmente colonizou”, e vive agora sua quarta idade, que será “para esta civilização herdeira dos fraternos povos indo-europeus, o século fatídico, (...) do destino que distribui a vida ou a morte” (FAYE, 1999, p. 7). Adepto de um racismo biológico, de cunho hitlerista, e de postura política contrária àquela das diretrizes iniciais da *Nouvelle Droite*, o círculo de Pierre Vial propõe um engajamento mais militante, mais aguerrido, chegando, mesmo, a uma espécie de incitação à luta.

No campo do engajamento, das relações entre o pensamento e a ação, *Terre et Peuple* é de uma proposta muito mais combativa que uma de suas principais matrizes ideológicas, aquela que vem de Dominique Venner, que postulava a necessidade de “combater mais pelas ideias e pela astúcia que pela força” (MILZA, 2002, p. 19). O discurso de crise social é extrema-

mente semelhante àquele do Front National. Para a “guerra cultural”, a “guerra étnica”, Vial responde: “é necessário uma armada. Nós temos a ambição de criar esta armada. Uma armada que deve ser uma comunidade de trabalho, de combate”.¹²

Defensores de uma espécie de enraizamento cultural e de uma fidelidade identitária, o círculo Terre et Peuple tem a História, “*desde os gregos e romanos*”, como testemunha dos fracassos e derrocadas das sociedades multiculturais. O exemplo do Império romano do Ocidente, como em outros grupos direitistas, é o mais utilizado a esse respeito. Com os “olhos no passado”, Louis Christelle (cujos posicionamentos são extremamente representativos do ideário de *Terre et Peuple*) vê que o futuro trará, “sem nenhuma dúvida, explosões previsíveis; na Índia entre os hindus e muçulmanos, no Brasil com a população mais mestiça do mundo, e, talvez, em nosso próprio país” (CHRISTELE, 1999, p. 28).

Para enfrentar esse futuro nefasto, de “guerras étnicas”, Guillaume Faye vê, para a França, a necessidade de cultivar sua fidelidade identitária e sua ambição histórica, tudo resumindo em uma grande metáfora num artigo intitulado “XX^e siècle – I” Europe, un arbre dans la tempête” (1999, p. 7). Diz que a França é composta por raízes, tronco e folhagens – gérmen, soma e psique; as raízes representam “*a alma ancestral e o futuro do povo*” e, por elas serem destinadas às novas gerações, toda mestiçagem é vista como uma apropriação indevida e uma traição; o tronco é a expressão cultural e física do povo, alimentada pelas raízes e a folhagem; frágil e bela “é a civilização, a produção e a profusão das novas formas de criações (...) a razão de ser da árvore”, sempre ameaçada pelas intempéries. A Europa vive, para Faye, uma ameaça de dois vírus: “o do esquecimento de si, da morte interior, e aquele da abertura ao outro”. Para a “*Europa dos povos*”, com etnia e alma coletivas (VIAL, 2003, p. 3), é imprescindível o “*sentimento comunitário*” (VIAL, 2003, p. 1), para a sobrevivência da Europa e dos europeus, ao qual não deve faltar “*a esperança de uma resistência gaulesa*” (VIAL, 2004, p. 1).

A História da Antiguidade, indo-europeia, grega, romana ou gaulesa, está muito presente nas justificativas legitimistas da *Nouvelle Droite*, uma espécie de *remake* do Nacional-Socialismo; os elementos de referência não são poucos:

uma concepção de História ligada ao mito ariano, um neopaganismo que rejeita a herança judaico-cristã, uma raciologia fundada,

por sua vez, sob a antropologia física, a “psicologia dos povos” e a teoria dos “genes criadores de civilizações”, a ligação ao passado nórdico da Europa, à estética wagneriana, a um helenismo repensado pela cultura alemã (...) etc. (MILZA, 2002, p. 206)

Apesar das proximidades entre o pensamento do Nacional-Socialismo e o da *Nouvelle Droite*, é quase unânime entre os especialistas (políticos, cientistas políticos, historiadores, etc.) que os movimentos direitistas dessa vertente não constituem um “ressurgimento” do Nazismo e, mesmo, do Fascismo; contudo, suas aproximações do mundo antigo são muito similares àquelas levadas a termo por esses regimes. É necessário procurar se aperceber, tanto num momento quanto no outro, de que *escolhas* da Antiguidade se tratam. Importante é perscrutar, hoje, como a França, pelo viés das extremas-direitas, recria, fabrica, seu passado indo-europeu, grego, romano e galo-romano,

Ao se alinhar com uma compreensão da Antiguidade como presença que historicamente reaparece e se reformula pelas múltiplas visões e interesses do presente, condicionada por vieses de classe, raça e gênero, por exemplo, que marcaram os estudos historiográficos a respeito do mundo antigo, estabelecendo, no passado e no presente, a construção de uma homogeneidade social alheia de todas as diferenças e conflitos, acreditamos alcançar e compreender, em suas intenções, as proposições de *Terre et Peuple*, interpretando-as nesta chave.

Documentação escrita

BENOIST, A. de. *Comen peut-on être païen?* Paris: Albin Michel, 1981.

CHRISTELE, L. La société multi-culturelle à l'épreuve de l'Histoire. *Terre et Peuple*, v. 1, p. 28-29, 1999.

DEHELME, P. Du passé, faisons table ronde! Entretien. *Terre et Peuple*, v. 1, p. 6-8.

FAYE, G. L'Europe, un arbre dans la tempête. Tribune Libre de Guillaume Faye. *Terre et Peuple*, v. 2, p. 7-9, 1999.

National Hebdomadaire. Semaine du 03 au 09 août 1995, v. 576.

VIAL, P. Appel pour un communautarisme européen, *Terre et Peuple*, v. 19, 2004.

- _____. Réenchanter le monde, *Terre et Peuple*, v. 1, 1997.
- _____. Gaulois? Présents! *Terre et Peuple*, v. 4, 1998.
- _____. Il faut penser à notre âme. *Terre et Peuple*, v. 17, 2003.
- _____. *La Lettre de Terre et Peuple*, v. 4, 1995.
- _____. Planton notre drapeau. *Terre et Peuple*, v. 1, 1999.
- _____. Vercingétorix – Le Celte. *Terre et Peuple*, v. 7/8, p. 29-32, 2001.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- DEMOULE, J.-P. Destin et usages des Indo-Européens. *Mauvais temps*, v. 5, juillet 1999. Disponível em: <http://www.anti-rev.org/textes/Demoule99a/index.html>. Acesso em: 08/01/2018.
- FLOOD, Ch. The cultural struggle of the extreme right and the case of Terre et Peuple. *Contemporary French Civilization*, v. 24, n. 2, p. 241–266, 2000.
- FRANÇOIS, S. Les paganismes de la Nouvelle Droite (1980-2004). Tese (Doutorado em Ciência Política). Lille: Science politique. Université du Droit et de la Santé - Lille II, 2005.
- MILZA, P. *L'europe en chemise noire: les extrêmes droites européennes de 1945 à aujourd'hui*. Paris: Fayard, 2002.
- Rapport sur le négationnisme et le racisme à l'université Lyon 3*. Commission sur le racisme et le négationnisme à l'université Jean-Moulin – Lyon III. Lyon: Conseil Lyonnais pour le respect des Droits, 2002.
- RÉMOND, R. *Les droites en France*. Paris: Aubier-Montaigne, 1982.
- SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France From Pétain to Le Pen*. Londres: Routledge, 2007.
- TAGUIEFF, P.-A. *Sur la Nouvelle Droite*. Paris: Descartes & Cie, 1994.
- VIDAL-NAQUET, P. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Notas

¹ Processo Fapesp 05/56617-0.

² Processo Fapesp 10/09294-9.

³ Em 1997, um coletivo de diferentes organizações endereça ao Ministério da Educação Nacional um relatório acerca das atividades desenvolvidas pelo IEIE – “Le racisme en quête de légitimité universitaire: le cas de l’Institut d’Études Indo-européennes de l’université Jean Moulin – Lyon III”. As demandas e desdobramentos do relatório findam com a dissolução do Instituto.

⁴ Nos novos quadros de Bruno Mégret, Pierre Vial encontrará uma convergência muito grande em relação às suas ideias sobre “identidade francesa” e “identidade europeia”, ao lado de outros teóricos direitistas como o próprio Mégret, mas, também, Jean-Claude Bardet, Jean-Yves Le Gallou, Pascal-Michel Delmas, Philippe Millau, etc.

⁵ Foge aos objetivos deste texto uma discussão mais acurada sobre o conceito de *Nouvelle Droite*; contudo, é necessário apontar a sua complexidade. A passagem que segue é bem ilustrativa a este respeito: “Singular objeto de controvérsia, a “Nouvelle Droite” é assimilada à extrema direita por numerosos jornalistas, estigmatizada como neonazista por alguns militantes antifascistas, rejeitada pela direita liberal por seu antiamericanismo radical, denunciada como proto-comunista pelos dirigentes lepenistas ou alguns ideólogos tradicionalistas católicos, acusada de fornecer armas ideológicas para a direita conservadora, suspeita de fazer parte de uma internacional “nacional bolchevique”, suspeita, enfim, de querer seduzir a inteligência da esquerda em lhe oferecendo largamente as colunas de suas revistas (*Éléments* e, sobretudo, *Krisis*, revista trimestral fundada e dirigida por Alain de Benoist). A confusão está manifesta. As representações político-midiáticas da “Nouvelle droite”, inteiramente polêmicas, parecem irreduzivelmente heterogêneas. A imagem que dela forma o público não especializado não faz mais que confundir: mosaico de opiniões mutuamente exclusivas. Face à “Nouvelle Droite”, os mitos e polêmicas substituem a análise e o estabelecimento dos fatos. É necessário, então, informar e desmistificar. Mas, sobretudo, desfazer a mitologia que a envolve, pois o desconhecimento aqui prima pela ignorância”.

⁶ O livro *Pour une critique positive – écrit par un militant pour les militants* marca fortemente a juventude nacionalista que orbita em torno do *Europe-Action*. Publicado por Venner após sua saída da prisão (por envolvimento em conflitos relacionados à questão da Argélia francesa), pode ser entendido como um texto fundador para parte importante da extrema-direita francesa, tendo fornecido uma base para suas novas orientações.

⁷ Trecho extraído do panfleto doutrinário “*Qu’est ce que le nationalisme*”, publicado por Dominique Venner (sob o pseudônimo de Fabrice Laroche) em maio de 1966, no *Europe-Action*; citado em Taguieff (1994, p. 8-9).

⁸ Trecho extraído do panfleto doutrinário “*Qu’est ce que le nationalisme*”, publicado por Dominique Venner (sob o pseudônimo de Fabrice Laroche) em maio de 1966, no *Europe-Action*; citado em Taguieff (1994, p. 8-9).

⁹ Para Pierre-André Taguieff (2000, p.153, apud FRANÇOIS, 2004, p. 400), “a pré-suposição primeira do nacionalismo ideológico é a existência real de grupos humanos, dotados cada um de uma auto-representação, ou seja, de uma identidade coletiva. Não há nacionalismo doutrinário sem a crença que os conjuntos culturais se distingam realmente uns dos outros, quer os definamos ou não como grupos étnicos”. Essa percepção do nacionalismo étnico europeu, assim definido, é estruturadora não só do grupo aqui analisado, mas de parte significativa dos grupos de extrema-direita arrolados.

¹⁰ Alain de Benoist. (Pseudônimo N.E.). Introdução ao dossiê George Dumézil et les études indo-européennes. *Nouvelle École*, n. 21/22, p. 7-12, 1972/1973.

¹¹ Ver, por exemplo, Bernard Sergent (“Penser et mal penser les indo-européens”. Note critique. *Annales Economie, Société civilisation*, v. 37, n. 4, p. 669-681, juillet-août 1982) e Carlo Guinzburg (Mythologie germanique et nazisme. Sur un ancien livre de George Dumézil. *Annales Economie, Société civilisation*, v. 40, n. 4, p. 695-715, juillet-août 1985).

¹² Passagem de uma entrevista concedida por Pierre Vial à *Europe nouvelles*, n. 15, publicação de set.-out., 1996.